

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

RECURSO CONTA INABILITAÇÃO

REF.: PROCESSO 15492/2023

PREGÃO: 0152023

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I- DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susograftado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias .

No entanto, a douda Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou Comprovação da capacitação técnico-operacional.

Vale constar que o atestado foi apresentado, conforme consta no roll de documentos digitais, enumerados - documento 25

A capacidade técnica da empresa refere-se ao objeto de disputa do certame e é assinado por órgão público (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI), onde a empresa VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, figura ainda como prestadora do serviço objeto do certame em maior quantidade do que se pede no edital, comprovada via contratos, e registre-se ainda que a mesma é detentora ainda de uma ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a mesma exigência de serviços exigidos.

II – AS RAZÕES DA REFORMA

Solicitamos que a Comissão de Licitação reveja os fatos que levaram a decisão da inabilitação da VERTEAM COMÉRCIOS E SERVIÇOS LTDA, entendendo alguns pontos relevantes, entre eles:

1. ter a competitividade no processo licitatório favorecendo o órgão à ter a oportunidade de escolher o menor preço;

2. rever os documentos apresentados como diligência nesse recurso;

3. ter uma comissão de licitações com capacidade técnica comprovada para análises dos acervos que se pede;

4. considerar os termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que rege o edital, onde em seu art. 30 e vedada as exigências de quantidade mínima ou prazos máximos.

Sobre ter a competitividade no processo licitatório:

Com a inabilitação das demais empresas, o PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA não terá a oportunidade de decidir pelo menor preço. Se considerarmos que a única empresa habilitada no processo ficará para a próxima etapa, caso ela esteja sem desconto ou descontos mínimos, o órgão deixa de se beneficiar o valor total do contrato por não ter a oportunidade de escolha entre as licitantes.

Vejamos apenas alguns dos textos abaixo:

"A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário) "

Realize o devido procedimento licitatório quando a cessão for destinada à execução de empreendimento de fim lucrativo, sempre que houver condições de competitividade, nos termos do art. 18, § 5º da Lei nº 9.636/1998. Acórdão 1108/2008 Plenário

A ampliação da disputa entre os interessados tem como consequência imediata a redução dos preços. Aliada à celeridade, a competitividade é característica significativa do processo. A possibilidade de simplificar o procedimento licitatório, sem perda da essência da competitividade e da isonomia, deve marcar toda licitação. Acórdão 1547/2004 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)

Os fatores de pontuação técnica devem restringir-se a quesitos que reflitam melhor desempenho e qualidade técnica da licitante no serviço a ser prestado, de modo a não prejudicar a competitividade do certame. Acórdão 126/2007 Plenário (Sumário)

Para favorecer a competitividade e a obtenção do menor preço, as exigências para participação em licitação não devem passar do mínimo necessário para assegurar a normalidade na execução do futuro contrato, em termos de situação jurídica, qualificação técnica, capacidade econômica e regularidade fiscal. Acórdão 1699/2007 Plenário (Sumário)

2. CONSIDERAR OS DOCUMENTOS DAS DILIGÊNCIAS:

Para comprovação da capacidade técnica tanto do profissional quanto da licitante, a comissão de licitação fez uma análise primária dos documentos enviados e mesmo assim optou em inabilitar a VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para a próxima etapa da licitação.

3- DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Pedimos que seja analisado e revisto a decisão da inabilitação da VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e que a mesma seja considerada capacitada para prosseguimento no certame.

Nestes Termos

P. Deferimento

São João de Meriti, 18 de Dezembro de 2023

Fechar